



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

MARCAS SOCIAS: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO DIGITAL ACERCA DE LINGUAGEM SEXISTA NA ENFERMAGEM

Lais Vasconcelos Santos (1); Mikael Lima Brasil (1); Maria Inês Borges Coutinho (1); Maria Louiza Tarquino (1); Alexandre dos Santos (1)

¹Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, e-mail para contato: lais_lvs@hotmail.com.

RESUMO

Os corpos são acrescidos de marcas culturais conduzidas em estímulos para a construção dos gêneros que se moldam pelas redes de poder de uma sociedade estabelecendo padrões compostos e definidos por relações sociais. Tais relações influenciam até as escolhas profissionais, marcadas por uma cultura hegemônica, predominando a dominação masculina que reflete na linguagem. Este estudo pretende analisar o uso de linguagem sexista na página “notas à imprensa” no site do Conselho federal de enfermagem (COFEN). Salienta-se que o objetivo deste trabalho não é comentar sobre equívocos no cenário analisado, mas mostrar nos discursos a presença da dominação masculina que reforçam a discriminação social. Para tanto, realizou-se um estudo etnográfico digital, com abordagem qualitativa entre fevereiro e março de 2015. A fonte de observação foi a página “notas à imprensa” do COFEN. Como aporte teórico/metodológico utilizou-se manuais de linguagem não sexista e BOURDIER (2002). Para análise, foi realizada leitura crítica sobre o material coletado e teceu-se reflexões a luz da literatura pertinente à temática. Encontrou-se nas notas pouco material se comparado a proporção da mídia em abordagens que perpetuam representações que necessitam ser desconstruída pelas pessoas a respeito das(os) profissionais de enfermagem. Nos achados dos discursos, houve predomínio da linguagem sexista, ilustrando as marcas da dominação masculina, que foram naturalizadas ao longo dos anos e reforçam formas de discriminação na atualidade. Encontra-se a necessidade para a construção de equidade de gênero e da adequação à linguagem igualitária na escrita de textos, buscando a visibilidade dos excluídos nos discursos.

DESCRITORES: Gênero, Dominação masculina, Linguagem sexista, Enfermagem.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

INTRODUÇÃO

A abordagem sobre gênero representa para muitos a diferença do feminino e masculino, o que resulta na precipitada utilização como sinônimo de sexo. Todavia, a definição de gênero perpassa o dualismo biológico, pois remete ao ser dotado de um sexo, que ao longo da vida adquire variadas influências de um convívio social que constrói sua/s identidade/s (BUTLER, 2013). Identidades essas (classe, geração, raça/etnia, gênero, nacionalidade) que constituem as pessoas (LOURO, 2010).

De acordo com Louro (2000), os corpos são acrescidos de marcas culturais conduzidas em estímulos para construção dos gêneros que se moldam pelas redes de poder de uma sociedade e estabelecem padrões compostos e definidos por relações sociais. Neste sentido, percebe-se que o gênero é transmitido, aprendido e reforçado através de um processo de convívio social, desenvolvido ao longo de toda a vida e transmitido por meio dos diferentes agentes de socialização: família, escola, meios de comunicação e linguagem, entre outros (FRANCO; CERVERA, 2006).

Por meio desses agentes, encontram-se marcas das relações de poder nos papéis sexuais (mulher: dominada, homem: dominador), influenciando até as escolhas profissionais. Para mulheres, norteadas pela subordinação da esfera privada/doméstica que se estende à esfera pública/profissional direcionam-se carreiras ditas femininas, como professora, dona de casa, enfermeira, ou na aceitação dos dogmas que o patriarcado lhes legou durante séculos e séculos, exercendo o papel de coadjuvante na peça onde o personagem político principal é executado pelo homem (PADILHA; VAGHETTI; BRODERSEN, 2006).

Em relação à questão da linguagem, encontra-se na língua portuguesa reflexos do sistema patriarcal que tende a padronizar o masculino. No que concerne a relação linguagem-enfermagem, Padilha, Vagheti e Brodersen (2006) colocam que no período histórico onde só havia mulheres, utilizava-se para se referir as enfermeiras o feminino. A partir do momento que homens entraram no exercício passa-se a empregar o masculino, perpetuando no decorrer dos anos até os dias de hoje a utilização do termo enfermeiro como uma forma de reforçar uma identidade pública superior masculina, mesmo sendo uma profissão que o número de



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

mulheres chega a 87,24%, superando o de homens (12,76%) como revela dados do COFEN (2010).

Perante ideologias andocêntricas que perpassam as gerações, desde a esfera familiar a repartições públicas, observa-se a necessidade de construção de equidade de gênero, que requer diversos artefatos, dentre esses a linguagem igualitária na escrita de textos oficiais que regulamentam a profissão de enfermagem (DE SOUZA et al., 2014). Para Romero (2011) a ocultação e omissão das mulheres na linguagem constitui uma das formas mais comuns de discriminação, sexismo e violência de gênero. Qualquer grupo, instituição, empresa ou país que pretende promover a democracia e respeito pelos direitos humanos das pessoas, a igualdade e equidade, não pode continuar tornando invisível as mulheres nos seus discursos.

Neste sentido, este estudo pretende analisar o uso de linguagem sexista na página “notas à imprensa” no site do Conselho federal de enfermagem (COFEN). Salienta-se que o objetivo deste estudo não é comentar sobre equívocos no cenário analisado, mas sim mostrar nos discursos a presença da dominação masculina que reforçam a discriminação social.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo etnográfico digital com abordagem qualitativa, que teve como fonte de observação a página “notas à imprensa” <<http://www.cofen.gov.br/categoria/noticias/notas-a-imprensa>> que compõe o site oficial do COFEN. Para que houvesse uma base para essa análise adotou-se como aporte teórico/metodológico o manual para uso não sexista da linguagem (FRANCO; CERVERA, 2006), o guia para uma linguagem promotora da igualdade entre mulheres e homens na administração pública (ABRANCHES, 2009) e a obra “A dominação masculina”. (BOURDIER, 2002).

Compreende-se etnografia digital como uma tendência de método/metodologia nas pesquisas em ambientes virtuais emergidas devido às alterações culturais da sociedade pós-moderna a qual estamos imersas(os), onde notam-se mudanças nos comportamentos e relacionamentos nas comunidades ocorridas após o surgimento da internet e das mídias



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

sociais (FERRAZ et al, 2009). Neste sentido, observou-se a necessidade de estudar esse campo em si, não apenas como parte de um contexto maior de sociedade, mas sim relacionado a ele. No que concerne as(os) profissionais de enfermagem, escolheu-se redes do conselho federal dessas/desses trabalhadoras(es), pensando que nas notas do site as temáticas abordadas tiveram maior alcance da população, pois tiveram repercussão em redes de televisão.

Kozinets (2002) coloca que a etnografia digital pode ser empregada em três momentos: ferramenta metodológica para estudar comunidades virtuais puras; comunidades virtuais derivadas e como ferramenta exploratória para diversos assuntos. A mesma realiza-se através da combinação entre a participação e observação das comunidades pesquisadas. As notas de campo das experiências no ciberespaço devem ser agregadas aos artefatos da cultura ou comunidade, tais como downloads, emails, imagens e arquivos de áudio e vídeo. À medida que a etnografia digital utiliza os discursos textuais como base, é necessário manter o foco não na análise da pessoa, mas sim no comportamento ou ato.

A coleta de dados aconteceu entre os meses de fevereiro e março de 2015. Utilizou-se um instrumento para organizar o material com pontos norteadores acerca de linguagem não sexista. Notas foram construídas pelas(os) pesquisadoras(es) na observação. Para análise, foi realizada leitura crítica sobre o material coletado e os achados foram agrupados por semelhança e a luz da literatura pertinente a temática teceu-se reflexões.

Evidencia-se que os aspectos éticos do estudo foram considerados, procurando respeitar princípios que regem a comunicação (CONAR, 1996). A escolha da fonte, contendo textos públicos de livre acesso, a observação e a exposição dos achados foram norteados perante tais princípios.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O site do COFEN contém publicações desde o ano de 2009, apresenta informações sobre o conselho, traz documentos que regulamentam a profissão e informativos de interesse das(os) profissionais de enfermagem. No que concerne a imprensa, existem noticiários



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

voltados para as(os) trabalhadoras(es) e possui uma página nominada “notas à imprensa”, que serve para trazer comentários explicativos e em defesa da classe.

Encontrou-se nas notas pouco material se comparado a proporção da mídia em abordagens que perpetuam representações que necessitam ser desconstruídas pelas pessoas a respeito das(os) profissionais de enfermagem. No período de observação da página, obteve-se 4 notas, distribuídas nos anos de 2012 (2), 2014 (1) e 2015 (1). Duas delas apresentaram caráter explicativo para situações apresentadas em meios de comunicação (redes de televisão), as outras eram informativos sobre evento e reunião que ocorreram.

Diante das leituras dos textos observados, percebem-se as marcas da linguagem sexista. Encontrou-se que mesmo quando as autoras eram mulheres, o emprego desse tipo de linguagem foi presente, até mesmo na denominação da titulação da mesma. Em relação ao emprego de termos para referir-se as(os) profissionais de enfermagem, verificou-se que para maioria predomina: “os enfermeiros”, “os funcionários”, “os pesquisadores”, “todos os presentes”; para pessoas específicas: “a enfermeira” - caráter de julgamento, “as conselheiras” - caráter de poder sequência de “o presidente”.

Compreendendo que o contexto histórico, a raça, a classe, a etnia, entre outros, atuam na noção de gênero, deve-se considerar na abordagem dessa categoria a relação das políticas de poder e contexto cultural (BUTLER, 2013). Segundo Egry, Fonseca e Oliveira (2013) a categoria gênero, grande legado do feminismo emergido na segunda metade do século 20, foi proposta para elucidar as relações sociais estabelecidas entre os sexos, com a finalidade de romper com a dualidade até então prevalente nas concepções essencialistas sobre homens e mulheres, naturalizadas com franca prevalência do poder deles sobre elas.

As marcas do poder predominam nas relações da sociedade, hierarquizando, categorizando grupos e gerando exclusões. Foucault (2011) apresenta as relações compostas pelos conceitos de poder-direito e poder-verdade. Para o poder como direito verifica-se uma abordagem pelas formas que a sociedade se coloca e movimenta-se, onde, existe o dominador e dominado, como exemplo, se há rei, tem-se súditas(os), se têm leis que operam, há os que determinam e as(os) que devem obediência. No que tange o poder como verdade, nota-se o



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

estabelecimento ora pelos discursos a que lhe é obrigada a produzir, ora pelos movimentos das(os) quais se tornam vitimadas(os) pela própria organização que a acomete e, por vezes, sem a devida consciência e reflexão.

Na sociedade que vivemos, ocorre a produção de discurso, que ao mesmo tempo é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que possui como função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2010). Possenti e Baronas (2006) referem que os usos das palavras produzem efeitos de sentido em decorrência do discurso pertencente. Tal discurso só ocorre se a sociedade concordar e reproduzir de alguma forma o sentido gerado.

Os discursos sociais são transmitidos nas informações por meio de diversos dispositivos técnicos que são reproduzidos para o público (amplo e distinto) e acarretam inúmeros efeitos. Esse alcance por parte da mídia ajuda a observar cientificamente a comunicação e o diálogo com outras áreas do conhecimento humano (SODRÉ, 2012). Destaca-se a internet como meio de transmissão de informação, que se caracteriza pela interatividade no cotidiano permitindo a livre manipulação de conteúdo, opiniões e produção cultural (FREIRE; STEAGALLA, 2013).

É notória que perpetuou nas fontes avaliadas a linguagem sexista, ilustrando as marcas da dominação masculina, as quais foram naturalizadas ao longo dos anos e reforçam formas de discriminação na atualidade. Nos achados deste estudo identificou-se nos textos tal fenômeno em contextos tais como: “*O Enfermeiro Obstetra, devidamente inscrito no Conselho Regional de Enfermagem [...]*”; “*Para os pesquisadores, a cerimônia [...]*”. Também nota-se no primeiro trecho supracitado marcas de documentos oficiais que são regidos sob marcas de uma língua sexista.

Para Romero (2011) o sexismo caracteriza um exercício discriminatório por meio do qual características psicológicas e padrões de comportamento são atribuídos às pessoas na alocação de papéis sociais, na maioria dos casos contra mulheres. Referente à linguagem, nota-se nas falas marcas de certo níveis de inferioridade das mulheres em relação aos homens,



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

caracterizando a dominação masculina. Segundo De Souza et al. (2014) até 1960 a linguagem no feminino predominou nos documentos que regem a profissão de enfermagem. Todavia, a partir da Reforma Universitária (1968), enfermeiras passaram a se autodenominar enfermeiros, do mesmo modo que professoras como professores e alunas como alunos.

Bourdier (2002) refere que a dominação masculina caracteriza-se pela primazia universal atribuída aos homens afirmada na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas na divisão sexual do trabalho e reproduções biológicas e sociais, estabelecendo à figura masculina um grau de importância que molda percepções, pensamentos e ações de todas e todos os membros da sociedade. Percebe-se na prática que a naturalização dos sentidos faz com que as próprias mulheres apliquem as relações de poder que estão envolvidas, conseqüentemente seus atos de conhecimento são exatamente atribuídos ao reconhecimento prático de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que reflete de certo modo, a violência simbólica, que elas sofrem.

A sobregeneralização ocorre quando verifica-se nos discursos a diluição do feminino em masculino, até ficar completamente invisível. Nota-se a invisibilidade das mulheres presente nos discursos observados neste estudo, a exemplo de: “*Os onze conselheiros presentes [...]*”.

Romero (2011) coloca que a sobregeneralização é uma forma de sexismo identificada em inúmeros anúncios, campanhas de instituições governamentais buscando incentivar as(os) cidadãs(ãos) a participar de ato público ou sensibilizar sobre problema ou uso de serviço público, tendo o masculino a representatividade de: humanidade, cidadania e o conjunto de pessoas a qual a mensagem é destinada. Geralmente essas colocações são formas de discriminação velada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne a relação da linguagem com a enfermagem, profissão carregada de representações sociais e marcas históricas de dominação, verificou-se que mesmo com o



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

predomínio no número de mulheres em relação ao de homens no exercício, há a utilização de linguagem sexista nos discursos encontrados em mídias e textos oficiais. Encontra-se a necessidade para construção de equidade de gênero e de adequação a linguagem igualitária na escrita de textos buscando a visibilidade dos excluídos nos discursos.

O caminho na busca da igualdade de gênero é longo, entretanto, visualiza-se que os meios de comunicação podem ser utilizados como uma ferramenta/estratégia para sensibilizar a sociedade. Todavia, percebe-se que as instituições em geral devem adequar-se a tal iniciativa procurando estender aos discursos nas mídias, buscando minimizar as formas de discriminações e exclusões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, G. **Guia para uma Linguagem Promotora da Igualdade entre Mulheres e Homens na Administração Pública**. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero. Lisboa, 2009.

BOURDIER, P. **A dominação masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, J. P. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Aguiar R, Tradutor, 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COFEN. **Perfil do profissional de enfermagem no Brasil**. 2010. In: Portal COFEN. Disponível em: <http://site.portalcofen.gov.br/sites/default/files/pesquisaprofissionais.pdf>. Acesso em: 20/03/2015.

CONAR. **Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária**. 1996. In: CÓDIGO E ANEXOS. Disponível em: <http://www.conar.org.br/codigo/codigo.php>. Acesso em: 20 Mar 2015.

DE SOUZA, L. S. B. et al. A LINGUAGEM SEXISTA NA ENFERMAGEM. In: **ANAIS 17ºCBCENF**, Pará, 2014. Disponível em: <http://apps.cofen.gov.br/cbcenf/sistemainscricoes/anais.php?evt=12&sec=91&niv=6.1&mod=1&con=10319&pdf=1>. Acesso em: 20/03/2015.

EGRY, E. Y.; FONSECA, R. M.G.S.; OLIVEIRA, M. A.C. Ciência, Saúde Coletiva e Enfermagem: destacando as categorias gênero e geração na episteme da práxis. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 66, n. spe, Sept. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/sc>



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

ielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000700016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 Mar. 2015.

FERRAZ, D. et al. **Etnografia virtual**: uma tendência para pesquisa em ambientes virtuais de aprendizagem e de prática. São Paulo, USP, 2009. Disponível em: http://ccvap.futuro.usp.br/TMP_UPLOAD/files/tc-secs1250008784833__nusp2511675.pdf. Acesso em: 20/03/2015.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 20ª ed., São Paulo: edições Loyola, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. 11ª ed., Rio: Graal, 2011.

FRANCO, P. V.; CERVERA, J. P. **Manual para uso não sexista da linguagem**. Proteca, 2006.

FREIRE, R. C.; STEAGALLA, M. O Conhecimento nas Redes Digitais: Um Estudo da Wikipédia. **UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ.**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 163-166, Jun. 2013.

KOZINETS, R. V. The Field Behind the Screen: Using Netnography For Marketing Research in Online Communities. **Journal of Marketing Research**, v.39, 2002, p. 61-72. Disponível em: <<http://www.nyu.edu/pages/classes/bkg/methods/netnography.pdf>> Acesso em: 20/03/2015.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma Perspectiva pós-estruturalista. 11. ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2010.

LOURO, G. L. **O CORPO EDUCADO**: Pedagogias da Sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PADILHA, M. I. C. S.; VAGHETTI, H. H.; BRODERSEN, G. Gênero e enfermagem: uma análise reflexiva. **R Enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v.14, n;2, 2006. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v14n2/v14n2a21.pdf>>. Acesso em: 20/03/2015.

POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. A linguagem politicamente correta no Brasil: uma língua de madeira?. **Polifonia**, v. 12, n. 2, 2006.

ROMERO, O. B. Sexismo en el lenguaje: claves para erradicarlo en los medios y en las instituciones. **Comun. & Inf**, v. 14, n. 2, p. 19-46, jul./dez., 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/22443/13323>>. Acesso em: 20/03/2015.

SODRÉ, M. Comunicação: um campo em apuros teóricos. **Matrizes**, São Paulo, Ano 5, n. 2, p. 11-27, jan./jul. 2012a. Disponível em: < <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/336/pdf>> . Acesso em: 26 mar. 2013